



CONSIDERAÇÕES SOBRE PROBLEMÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Janaina Nunes Costa Carneiro¹, Éder Rodrigo Gimenes²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC/UEM), Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá/PR. janaina.nunes.carneiro@gmail.com

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado/Doutorado Acadêmico) e em Políticas Públicas (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), docente e bolsista pesquisador do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Coordenador do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ (LEP LGBTI+/UEM), pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM) e do INCT “Representação e Legitimidade Democrática” (REDEM/CNPq). ergimenes@uem.br

RESUMO

O fenômeno da fome no Brasil é histórico, estrutural e vinculado às contradições do capitalismo, que transforma a alimentação em mercadoria e a distância do Direito Humano à Alimentação Adequada. Apesar dos avanços institucionais das últimas décadas, impulsionados pela mobilização social e participação popular, como nas Conferências Nacionais e no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as políticas públicas de segurança alimentar seguem frágeis e vulneráveis a rupturas democráticas e mudanças de governo, como demonstrado pela extinção do CONSEA em 2019. Desde a década de 1940, iniciativas para enfrentar a fome evoluíram, especialmente após a Constituição de 1988, com programas como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que contribuíram para a retirada temporária do país do Mapa da Fome. No entanto, os retrocessos provocados pela austeridade pós-2016 e pela pandemia da COVID-19 agravaram a insegurança alimentar, revelando a fragilidade dessas políticas. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo investigar as razões pelas quais a fome, mesmo sendo um problema estrutural e historicamente reconhecido, nem sempre se traduz em políticas públicas efetivas e estruturantes, analisando a desconexão entre a insegurança alimentar e as ações estatais voltadas à cidadania. Ressalta-se, assim, a urgência do fortalecimento institucional, da valorização da participação social e do reconhecimento da alimentação como direito constitucional inalienável, orientando políticas públicas robustas e integradas que garantam a alimentação como dimensão central da cidadania.

Palavras-chave: CONSEA; Direito Humano a Alimentação Adequada; Desconexão; Necessidade Social Básica, Garantia.

1 INTRODUÇÃO

A fome no Brasil é um fenômeno histórico, estrutural e crônico. Embora o país tenha protagonizado experiências reconhecidas internacionalmente no campo das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), políticas exitosas em muitos aspectos, elas não foram capazes de reverter, de forma permanente, o fenômeno da fome. A persistência da insegurança alimentar revela que o Direito Humano à Alimentação Adequada ainda não foi plenamente efetivado.

A construção dessas políticas contou fortemente com a mobilização da sociedade civil, que teve papel decisivo na institucionalização de espaços participativos, possibilitou avanços significativos no marco regulatório de SAN que impulsionou o reconhecimento da alimentação como direito na Constituição Federal.

Contudo, a ruptura democrática promovida pelo governo Bolsonaro, materializada, por exemplo, na extinção do CONSEA em 2019, demonstrou a fragilidade desses mecanismos diante de projetos políticos autoritários e neoliberais.

A partir da crítica marxista, a fome não pode ser compreendida apenas como uma insuficiência biológica, mas como expressão das contradições estruturais do capitalismo. A mediação entre capital e trabalho via salário, limitada à reprodução da força de trabalho, transforma o alimento em mercadoria e não em direito. Nesse cenário, comer, dormir e viver



com dignidade são submetidos às dinâmicas de exploração, concentração de renda e negação de direitos. A despolitização da fome, encoberta por discursos de produtividade e meritocracia, enfraquece sua presença na agenda pública, ficando no campo da filantropia ou da responsabilidade individual (Nogueira *et al.*, 2022).

O problema torna-se ainda mais complexo quando se observa a desconexão entre a fome como necessidade social básica e as ações governamentais de garantia de cidadania. Mesmo em contextos de emergência, como a pandemia de COVID-19, em que a fome reapareceu com força nas ruas e nos lares brasileiros, as respostas do Estado foram marcadas por insuficiência, descontinuidade e imprevisto.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo investigar as razões pelas quais a fome, mesmo sendo um problema estrutural e historicamente reconhecido no Brasil, nem sempre se traduz em políticas públicas estruturantes e efetivas, analisando a desconexão entre a insegurança alimentar e as políticas voltadas à cidadania.

Para isso, pretende-se responder os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o histórico da fome como problema social e político no Brasil, considerando seus determinantes estruturais;
- Examinar o papel das políticas públicas de cidadania na abordagem da insegurança alimentar ao longo das últimas décadas;
- Identificar os principais obstáculos políticos, institucionais e ideológicos que dificultam a formulação e implementação de políticas públicas efetivas contra a fome;
- Investigar como a desconexão entre o reconhecimento da fome e a ação estatal impacta a efetividade das políticas públicas voltadas à cidadania;
- Analisar as experiências das Conferências Nacionais de SAN como mecanismo que buscaram enfrentar a fome de forma estrutural, destacando seus avanços e limitações.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e de conteúdo, fundamentada na perspectiva metodológica de Flick (2009). O autor compreende os como construções sociais que expressam relações de poder, intenções políticas, disputas simbólicas e contextos institucionais específicos. Assim, os documentos analisados não foram tratados como registros neutros, mas como fontes discursivas que refletem visões de mundo, agendas públicas e formas de participação social.

A análise seguiu um percurso que incluiu a seleção criteriosa dos materiais, sua contextualização histórica e institucional, bem como a categorização temática do conteúdo. Desse modo, a escolha dos documentos esteve focada em constituir, conforme Flick (2009), um “corpus de materiais”, reunido por meio de buscas em sites acadêmicos e plataformas de pesquisa, inicialmente no Google Acadêmico. Utilizou-se a combinação de dois critérios de busca: as palavras-chave “segurança alimentar”, “conselho nacional” e o recorte temporal de 2024, 2023 e 2022, nesta ordem.

Em outro momento, foram buscados os relatórios finais das Conferências Nacionais em ferramentas de busca online, o que resultou na identificação dos sites do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), onde estavam disponíveis os documentos das seis edições das conferências.

Diante da extensa lista de materiais encontrados, tornou-se necessário aplicar um segundo critério de seleção: a leitura dos títulos dos documentos, com os objetivos de identificar aqueles que mencionavam explicitamente os termos “política nacional de segurança alimentar e nutricional”, “conselho nacional de segurança alimentar e nutricional” e “conferências nacionais de segurança alimentar e nutricional”. Esse processo foi mantido



até o ponto de saturação, momento em que se definiu o conjunto documental final da pesquisa.

Aliada a busca documental, optou-se pela aplicação da análise de conteúdo, com base na abordagem de Flick (2009), que compreende os discursos como expressões de disputas simbólicas e posicionamentos sociais. Para a operacionalização da análise, foram adotadas técnicas propostas por Pimentel (2001), como fichamento, levantamento de termos e temas recorrentes, e a criação de códigos para organização e manuseio das informações.

A etapa de tratamento dos dados revelou-se crucial, permitindo a codificação, categorização e interpretação do material, de modo a torná-lo inteligível. A partir disso, foram construídas unidades de análise e inferências que possibilitaram a compreensão das variáveis envolvidas no objeto de estudo. A busca por materiais complementares foi, então, retomada, à medida que as leituras indicavam a necessidade de aprofundamento na compreensão dos processos, conceitos e seus desdobramentos, ampliando o conjunto documental da pesquisa (Pimentel, 2001).

3 POLÍTICA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A FORMAÇÃO DA AGENDA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

A formulação da política pública de SAN no Brasil foi construída ao longo de décadas, em meio a intensas transformações sociais, políticas e econômicas. Ainda que a fome tenha sido historicamente invisibilizada pelas estruturas estatais, ela se impôs como um problema público a partir da mobilização da sociedade civil, das pressões populares e do reconhecimento progressivo do direito a alimentação como um componente essencial da cidadania.

Temos como objetivo analisar os principais marcos institucionais e políticos da trajetória da SAN no Brasil, assim como destacar o papel estratégico da participação social nesse processo. A discussão será conduzida a partir de dois eixos centrais: 1) os antecedentes históricos das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da fome, desde as primeiras iniciativas do Estado brasileiro na década de 1940 até a consolidação da agenda da segurança alimentar como uma política nacional integrada, considerando os ciclos de expansão e retração das políticas de SAN, os contextos de instabilidade democrática e as distintas abordagens adotadas pelos governos ao longo do tempo; e 2) o protagonismo da sociedade civil na construção dessa política, com ênfase nas conferências nacionais de segurança alimentar, na criação e atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e nas diversas formas de mobilização popular em defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Ao longo do texto, busca-se evidenciar como a SAN se consolidou por meio da articulação entre ações estatais e reivindicações sociais, tornando-se um campo de disputa, mas também de afirmação democrática.

3.1. A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

O enfrentamento a fome no Brasil começou a ganhar contornos de política pública em um contexto de transição política, social e econômica. A partir das mobilizações e reivindicações dos trabalhadores, por meio de atuação sindical e política, tinham o objetivo de garantir direitos sociais e trabalhistas. Como resposta a essas pressões, foi criada a primeira política pública de enfrentamento a fome no Brasil, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em 1940. Inicialmente as políticas públicas atendiam apenas aos trabalhadores formais, ou seja, havia um “alcance regulado”, o Estado reconhecia o



trabalhador formal como cidadão de direitos, com existência civil legítima e acesso aos direitos sociais garantidos pela previdência. Já os trabalhadores informais permaneciam à margem dessas garantias, muitas vezes dependentes de relações de favor ou expostos a exploração patronal (Blanco, 2022; Passos, 2022; Melo e Carneiro, 2023).

A expansão do debate sobre alimentação e nutrição nos anos subsequentes levou a criação de instâncias estatais mais articulada, inaugurando de forma tímida, uma perspectiva intersetorial para a formulação de políticas públicas (Burlandy, 2009).

Neste período, foi lançada uma estratégia governamental com cobertura nacional voltada a alimentação escolar, buscando a melhoria da nutrição dos estudantes da rede pública de educação básica, mas também transformando a dinâmica de produção e consumo alimentar, ao fomentar a aquisição de alimentos locais. Essa iniciativa corresponde atualmente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Passos, 2022).

Ao longo das décadas, especialmente após a Constituição de 1988, houve uma ampliação gradual dessas políticas. Nos anos 90, as mobilizações sociais intensificaram-se, especialmente pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida e do Mapa da Fome que revelou a existência de 32 milhões de pessoas em situação de fome, resultando no “Plano de Combate à Fome e à Miséria” que deu origem ao primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (Moratelli, 2022).

Contudo, a gestão de Fernando Henrique Cardoso trouxe uma abordagem mais liberal e assistencialista, baseada em ações pontuais como o Programa Comunidade Solidária (Beghin, 2022).

A partir de 2003, o governo Lula implementou o Programa Fome Zero como uma “estratégia nacional” que mobilizou várias áreas e políticas com o objetivo de “zerar a fome e a extrema pobreza no Brasil” (Aranha, 2010 *apud* Blanco, 2022, p. 126).

Neste cenário, o CONSEA foi reinstituído, foi lançado o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fortalecendo políticas integradas e intersetoriais. Em 2006, a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) consolidou esses avanços, culminando, em 2010, na garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada como direito fundamental (Beghin, 2022; Dantas, 2023; Lins *et al.*, 2023; Rodrigues *et al.*, 2024).

O período subsequente foi marcado por avanços, liderados por Dilma Rousseff, como o Plano Brasil sem Miséria, que tinha o objetivo de promover cidadania plena para um público que se caracterizava como o “núcleo duro da pobreza”. A saída do Mapa da Fome e os dez anos do Programa Bolsa Família (Cohn, 2013; Campos, 2022; Dantas, 2023).

Entretanto, a partir de 2016, políticas de austeridade, especialmente com a Emenda Constitucional nº 95/2016 e o desmonte das políticas sociais pelos governos Temer e Bolsonaro, resultaram em grave retrocesso, simbolizado pela extinção do CONSEA em 2019 (Delgado e Zimmermann, 2023).

A desmobilização do conselho nacional simbolizou, não apenas um ataque institucional, mas uma ruptura com a trajetória histórica de diálogo social que havia se consolidado no Brasil (Moratelli, 2022).

Com a pandemia de COVID-19, apesar do Auxílio Emergencial, o país voltou ao Mapa da Fome, com mais de 33 milhões de brasileiros nessa situação em 2022 (Moratelli, 2022; Dantas, 2023).

Em meio a uma disputa eleitoral acirrada, com cenas de “pessoas com fome, fila em busca de ossos e inflação dos alimentos”, Lula é empossado e o CONSEA foi reinstalado como parte dos esforços para retomar a agenda de segurança alimentar (Recine, 2023, p.2).



3.2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) tem sido espaços fundamentais para o fortalecimento democrático e a construção das políticas de segurança alimentar. A primeira conferência, em 1994 sob o tema “Fome, Questão Nacional”, com forte protagonismo da Ação da Cidadania, marcou um avanço significativo ao inserir a fome na agenda nacional (Aguiar, 2023; Rodrigues *et al.*, 2024).

Em 2004, a segunda conferência resultou na LOSAN e no SISAN, consolidando institucionalmente essas políticas e reconhecendo a participação social como elemento essencial na formulação democrática (Ramos e Santos, 2020).

De acordo com as mesmas autoras, as conferências foram “eventos democráticos bem-sucedidos” que contribuíram para o fortalecimento da democracia e a formulação de políticas públicas. Além disso, se tornaram “espaço social e político, na medida em que permitiram o reconhecimento de atores e interesses, consensos e dissensos” (Ramos e Santos, 2020, p. 1).

A terceira conferência, com o tema “Por um desenvolvimento sustentável com soberania e SAN” ampliou o olhar sobre a fome, introduzindo conceitos “como a pobreza, a desigualdade, a exclusão social, a violência, o racismo, o sexismo e a homofobia” (Sousa, 2023, p. 23). Foi nesse evento que se lançou o slogan “Segurança Alimentar é Direito Constitucional”, com o objetivo de impulsionar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº47/2003. Para isso, foram coletadas um milhão de assinaturas (Sousa, 2023).

Na sequência foi realizada a quarta conferência, com o tema “Alimentação adequada e saudável: direito de todos”, ocorreu em 2011, tendo como objetivo central a deliberação sobre as bases do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Nessa conferência, tanto o CONSEA quanto a CAISAN buscavam alinhar suas discussões aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030, contribuindo para o cumprimento das metas globais, como a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, a regulação de alimentos industrializados, a redução de perdas e o combate ao desperdício (Oliveira, 2022).

Em 2014, foi realizada a 4ª Conferência Nacional + 2, evento intermediário entre a 4ª e a 5ª CNSAN. Seu propósito foi avaliar as propostas da conferência anterior à luz das ações implementadas pelo governo, revisar o PLANSAN e analisar, a partir de suas oito diretrizes, como a integração entre governo e sociedade civil gerou avanços significativos e inovações nas políticas de alimentação e nutrição (Passos, 2022; Oliveira, 2022).

Para a 5ª CNSAN, realizada em 2015, foram promovidos quatro encontros temáticos: “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia”, “A atuação das mulheres na construção da soberania e da segurança alimentar e nutricional”, “Água, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” e “Soberania e Segurança Alimentar para População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais” (Ramos *et al.*, 2022, p.5). Esses encontros trouxeram à conferência nacional uma diversidade de necessidades, olhares e proposições, enriquecendo a pauta da segurança alimentar e nutricional.

A partir dessa série de eventos e discussões, a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu em 2015, com o lema “Comida de Verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. Essa edição teve como foco especial a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reforçando a importância de um olhar integrado para garantir o direito a alimentação adequada em diferentes contextos (Rodrigues *et al.*, 2024).

O ano de 2016, foi marcado pelo golpe parlamentar e o impedimento da presidente Dilma que levou ao poder o vice-presidente Michel Temer a presidência da república. A partir desse momento, observou-se uma inflexão nas políticas públicas voltadas a



promoção da segurança alimentar e nutricional no país. A gestão de Temer promoveu o esvaziamento gradual de programas estratégicos, resultando na descontinuidade de ações fundamentais para a garantia do direito humano a alimentação adequada (Porto *et al.*, 2022).

Entre as medidas que evidenciaram esse desmonte, destacou-se a redução de investimentos em programas de SAN e o enfraquecimento das estruturas de governança participativa (Porto *et al.*, 2022).

Diante desse cenário, a sociedade civil intensificou sua atuação em defesa do direito humano a alimentação adequada. O CONSEA, mesmo enfraquecido institucionalmente, manteve sua articulação como a sociedade civil e continuou a funcionar, graças ao engajamento de conselheiros e entidades (Porto *et al.*, 2022).

Em 2019, ocorreu a extinção do CONSEA, resultando na redução das políticas de segurança alimentar e nutricional a nível federal e impondo uma “volta ao local, o que significa dizer que movimentos sociais, redes de organizações, pesquisadores, ativistas e gestores adotaram, estrategicamente, abordagens voltadas para esferas municipais e estaduais” (Galindo *et al.*, 2024, p. 12).

Em maio daquele ano, foi criada a Comissão Especial Mista no Congresso Nacional para analisar a Medida Provisória nº 870, que extinguiu o CONSEA. Durante o processo, a extinção foi suspensa temporariamente. A Comissão chegou a aprovar a recriação do conselho, mas essa decisão foi vetada pelo então presidente Jair Bolsonaro, mantendo o CONSEA desativado durante todo o seu mandato (Rodrigues *et al.*, 2024).

Em resposta ao enfraquecimento institucional pós-2019, a sociedade civil organizou uma conferência popular em 2019, sinalizando forte resistência ao desmonte das políticas, a 1ª Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania, e, Segurança Alimentar e Nutricional, se tornando um movimento de enfrentamento a fome e pressão social durante toda a pandemia de COVID-19 (Rodrigues *et al.*, 2024).

Em 2023, a realização da 6ª CNSAN enfatizou a necessidade de retomar e manter continuamente a agenda da segurança alimentar como prioridade política, destacando o Direito Humano a Alimentação Adequada como desafio permanente essencial.

4 CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas neste trabalho, evidencia-se que a fome no Brasil é um fenômeno histórico, estrutural e persistente, profundamente enraizado nas contradições estruturais do capitalismo, que mercantiliza necessidades básicas como a alimentação. Embora tenham existido avanços significativos na construção de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, tais políticas ainda se mostram vulneráveis diante de mudanças políticas abruptas, como as observadas com o desmonte institucional e democrático evidenciado na extinção do CONSEA em 2019.

A trajetória histórica das políticas públicas de SAN revela ciclos de avanços e retrocessos condicionados à conjuntura política e econômica, destacando-se a importância decisiva da mobilização social na conquista e na manutenção dessas políticas. A participação social ativa, especialmente por meio das Conferências Nacionais, tem sido um espaço fundamental para a consolidação e para o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada como princípio constitucional.

Entretanto, fica clara a desconexão recorrente entre o reconhecimento político do direito à alimentação e a efetiva garantia e a prática desse direito. Tal desconexão é acentuada em contextos de crise, como observado durante a pandemia de COVID-19, quando o Estado demonstrou limitações importante em garantir segurança alimentar à população mais vulnerável.



Portanto, faz-se necessário fortalecer institucionalmente os espaços democráticos e participativos, como o CONSEA, assegurando políticas públicas robustas, intersetoriais e integradas que sejam capazes de resistir a contextos adversos e garantir a alimentação não apenas como necessidade biológica, mas como direito fundamental inalienável. A superação definitiva da fome exige, assim, um compromisso político sustentado, respaldado pela participação social contínua e pela compreensão crítica das raízes estruturais da insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lauanny Kassya de Gois. *Projetos para o desenvolvimento do Brasil: a fome como decisão. As propostas do CONSEA frente aos planos da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. Brasília: UNB, 2023. Disponível em: <https://www.bdm.unb.br/handle/10483/35355>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BEGHIN, Nathalie. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise: O Combate à fome de Vargas a Bolsonaro*. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11545/1/BPS_29_nps3_combate_fome.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

BLANCO, Lis Furlani. *Dar forma à fome: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória social do Programa Fome Zero*. Campinas: UNICAMP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1245506>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BURLANDY, Luciene. *A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo*. Niterói: Ciência & Saúde Coletiva, 2009. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v14n3/20.pdf. Acesso em: 31 mai. 2025.

CAMPOS, Rogério Schmidt. *Medindo pobrezas no Brasil: etnografia de um índice de pobreza multidimensional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/1661475466_ARQUIVO_1bf47d0acb9c65b6b804602f0f22f104.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

COHN, Amélia. *Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF*. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa família uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea; MDS, 2013. p. 71-72. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/957135>. Acesso em: 22 mai. 2025.

DELGADO, Nelson Giordano; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. *Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re) construção*. In: NORONHA, Gustavo Souto; MALUF, Renato Sergio; CASTRO, Leonardo; NORONHA, José Carvalho de; DELGADO, Nelson Giordano; GADELHA, Paulo. *Alimentação e Nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar*. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2023. Disponível em: https://inctpped.ie.ufrj.br/pdf/livro/Livro_Alimentacao_e_Nutricao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 24 mai. 2025.



DANTAS, Rikelly Rodrigues. *Direito à alimentação no Brasil: estudo das políticas públicas federais, do Programa Fome Zero à atualidade*. Maceió: UFAL, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/12687/1>. Acesso em: 24 mai. 2025.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALINDO, Eryka; ALEXANDRE-WEISS, Veruska Prado; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. *Working Paper 9: Políticas de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros*. Germany: Food for Justice Working Paper Series, v. 9, p. 9-11, 2024. Disponível em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/ffjwp/article/view/104567>. Acesso em: 13 mai. 2025.

LINS, Bruno Teixeira; BATISTA, João Vitor da Silva; ESPINOZA, Fran. *Crise da segurança alimentar no Brasil: uma análise das políticas públicas de combate à fome (2004-2022)*. Lins: Revista Brasileira de Políticas Públicas, 2023. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/9024>. Acesso em: 24 mai. 2025.
MELO, Alessandra Silva Inocêncio de; CARNEIRO, Isabelly Martins. *O fenômeno da fome sob avanços e regressos: uma análise da conjuntura brasileira dos anos 2019-2022*. Recife: UFPE, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51432>. Acesso em: 24 mai. 2025.

MORATELLI, Maria Luiza D'Almeida Magalhães. *A arquitetura da insegurança alimentar e da violação do direito social à alimentação entre 2016-2020: retrocessos no combate à fome no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/20120>. Acesso em: 03 jun. 2025.

NOGUEIRA, Mariana Brito Horta; PEREIRA, Simone Cardoso Lisboa; CARRARA, Virgínia Alves. *Política de Segurança Alimentar e Nutricional no enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares*. Florianópolis: Revista Katálysis, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/p8ddgJtZPCnqt5jDZMpPvrP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2025.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Bastos de; CASEMIRO, Juliana Pereira; BRANDÃO, Ana Laura; PINTO, Alessandra Maria Silva. *Monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional: um olhar sobre as publicações oficiais*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n2/631-640/pt/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PASSOS, Bruno Vicente dos. *Estudo sobre a geografia da fome: gente, tô ficando impaciente!*. Presidente Prudente: UNESP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/fa0dc95c-e3cf-4ccf-813f-15bfa609b825>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PIMENTEL, Alessandra. *O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*. Londrina: UEL, 2001. Disponível em: www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRVqQBWLzDNv/?format=paf&lang=pt. Acesso em: 18 jun. 2024.

PORTO, Ana Carla Vaz; COSTA, Denise Ferreira da; ANJOS, Mariana Diener dos; ZANDONAI, Solana Irene Loch; MIGUEL, Vinícius Arrais Limongi. *Desmonte de políticas públicas: a rearticulação dos atores do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional*.



Brasília: Conjecturas, 2022. p. 943-957. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/367745368_Desmonte_de_politicas_publicas_a_rearticulacao_dos_atores_do_Conselho_de_Seguranca_Alimentar_e_Nutricional. Acesso em: 07 jul. 2025.

RAMOS, Flávia Pascoal; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. *Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e a conformação de uma arena de ação: a perspectiva de atores participantes*. Vargem Grande Paulista: Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, 2020. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10686>. Acesso em: 27 mai. 2025.

RAMOS, Flávia Pascoal; SOUSA, Sara Silva; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. *A experiência brasileira na realização de Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas: UNICAMP, 2022. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8664887>. Acesso em: 24 mai. 2025.

RECINE, Elisabetta Gioconda Iole Giovanna. *O Consea voltou! Ou como resistir em tempos desafiadores*. Cadernos de Saúde Pública, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/qzjqdftDC9wGb7Jqb7xw7Tt/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2025.

RODRIGUES, Gabriela Ferreira; SANTANA, Aline Gomes; SHINOHARA, Neide Kazue Sakugawa. *O retorno do consea e as perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil para 2024*. Observatório de La Economía Latinoamericana, 2024. Disponível em:
<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4164>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SOUSA, João Gabriel Melo de. *Segurança alimentar e nutricional: uma revisão de literatura*. Recife: UFPE, 2023. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/52413?locale=en>. Acesso em: 11 jul. 2025.